



JANEIRO 1999

ANO I • N.º 9 • 750\$00

Economia Pura

*Tendências
e Mercados*

NÚMERO ESPECIAL

O Mundo

em

1999



Previsões para 77 países

ADELINO MALTEZ, ÁLVARO VASCONCELOS, ANTÓNIO DE SOUSA, BAGÃO FÉLIX, CARLOS GASPARGAR, CARLOS MAGNO, FERNANDO DACOSTA, FRANCISCO JOSÉ VIEGAS, FRANCISCO TORRES, GEORGE TAVLAS, JAIME NOGUEIRA PINTO, JOÃO CÉSAR DAS NEVES, MADELEINE ALBRIGHT, MICHEL CAMDESSUS, MIGUEL LEBRE DE FREITAS, PAUL A. SAMUELSON, SEIXAS DA COSTA, SERGE HALIMI, VIRGÍLIO DE CARVALHO, ENTRE OUTROS, ANTECIPAM O ANO.

Patrocínio Exclusivo

TELECEL
COMUNICAÇÕES S.A.

Alargamento

Ponto da situação

RUPINDER SINGH E MIGUEL LEBRE DE FREITAS*



O actual processo de alargamento promovido pela União Europeia (UE) não tem precedentes. A UE já passou por vários processos de alargamento, crescendo sucessivamente de seis, para nove, para dez, para doze e para quinze Estados-membros, mas nunca negociou simultaneamente a adesão de seis países, ao mesmo tempo que outros seis se desejam juntar às negociações. Se a adesão destes países se concretizar, a UE crescerá 33% em área e 28% em população. Em termos de PIB a UE apenas crescerá 9%.

Cada um dos alargamentos fez surgir preocupações acerca da eficiência do modelo proposto para a UE. A questão "alargar ou aprofundar?" teve até agora a resposta "alargar e aprofundar". No entanto, há quem duvide que este caminho se mantenha realista perante a perspectiva de alargamento

de 15 para 25 ou mais membros. A evolução da Comissão Europeia tem sido no sentido de ajustar os critérios de acesso, por forma a garantir que a maior parte do esforço de convergência seja realizado antes de se concretizar a adesão.

Para todos os candidatos menos dois, a aquisição do *acquis communautaire* vai aprofundar o dramático processo de transformação económica que se iniciou com a queda do bloco comunista. Há dez anos, estes países enfrentaram a desagregação da sua zona de comércio exclusiva, a deterioração dos termos de troca e o abandono do sistema centralizado como mecanismo de afectação de recursos, o que provocou uma recessão profunda e altas taxas de inflação. O desafio era então ajustar estas economias ao novo enquadramento internacional, o que envolvia três tipos de medidas complementares: a estabilização, isto é, travar a inflação e a depreciação da taxa

de câmbio, recuperar o crescimento, assegurar o equilíbrio das contas externas e a solvabilidade do sector público; a reestruturação, com vista a reduzir o peso do Estado nas decisões microeconómicas; finalmente, reformas jurídicas e institucionais que permitissem o estabelecimento do mercado como sistema de afectação dos recursos, incluindo a reciclagem dos quadros da administração pública, a implementação de um novo sistema jurídico que contemplasse a existência de iniciativa privada, a regulação da actividade bancária e a reforma do sistema de protecção social, nomeadamente transferindo para o Estado responsabilidades que anteriormente eram atribuídas às empresas.

Em geral os países em transição da Europa Central e do Báltico tiveram sucesso na obtenção da estabilidade nominal e a eliminação dos restantes desequilíbrios macroeconómicos prossegue a bom ritmo. Apenas a Bulgária e a Roménia ainda se encontram algo atrasadas neste domínio.

Como a maioria destes países está envolvida na primeira fase de alargamento da UE, as reformas concentram-se agora nos aspectos estruturais e institucionais.

Em 25 de Março de 1998, a Comissão Europeia aprovou as Parcerias de Acesso (PA) para dez países candidatos da Europa Central e de Leste. Cada uma das PA irá apoiar o país candidato na sua preparação para a adesão, identificando as áreas prioritárias que necessitam de reformas e providenciando o apoio financeiro disponível para o combate a essas dificuldades. As PA são o principal instrumento de ajuda à obtenção dos critérios para obter o estatuto de membro de pleno direito, definidos no Conselho Europeu de Copenhaga. Os seus objectivos cobrem áreas como o fortalecimento da democracia e do Estado de Direito, a protecção das minorias, as reformas económicas, o reforço da capacidade administrativa e institucional, a preparação para a participação total no mercado interno, a justiça, a agricultura, o ambiente, os transportes, o emprego e assuntos sociais, as políticas regionais e a coesão.

Aquando da adesão, os países can-

*CETRAN - Centre for Economies in Transition, Universidade Independente.

didatos têm de estar preparados para assumir os direitos e obrigações inerentes à condição de membro. A UE foi construída à volta de uma sofisticada teia de regras e regulamentos. Os candidatos devem estar prontos para adoptar e implementar 80 mil páginas de leis.

Na compilação dos relatórios dos países candidatos da Europa Central e de Leste, a Comissão Europeia analisa se, à luz dos critérios de Copenhaga, as reformas acordadas foram de facto realizadas desde Julho de 1997 (Agenda 2000). Os progressos de cada país na implementação do *acquis* também foi avaliada.

A Turquia e o Chipre também foram contemplados na elaboração de novos relatórios de progresso. No fim de 1999, a Comissão deverá realizar a segunda ronda de avaliação de progressos a todos os países candidatos. Até lá, deverá estar completa a análise da legislação de cada país, facilitando assim a tarefa de identificação das prioridades em termos de reformas.

Em 10 de Novembro de 1998 realizou-se um encontro entre os ministros da UE e dos seis países que estão a negociar a adesão, no qual se tratou da avaliação dos primeiros sete capítulos do *acquis*. Embora estas sejam partes relativamente simples das regras e regulamentos da UE, apresentaram ainda assim alguns pontos que necessitam de clarificação, enquanto aguardam que o acordo seja obtido no total dos 31 capítulos do *acquis*.

Assim, são ainda necessários progressos substanciais antes de os Estados candidatos cumprirem todos os critérios necessários à adesão. No entanto, é reconhecido que o progresso das reformas necessárias é comparativamente melhor do que na fase de alargamento da UE à Áustria e aos países nórdicos, mesmo tendo em conta o número maior de candidatos na actual fase. No entanto, é um facto que a divergência entre os actuais candidatos e a UE é maior do que na anterior fase, o que implica custos de ajustamento maiores, com a possível excepção de Chipre. Ainda, à medida que reformas impopulares vão sendo implementadas, é possível que o eleitorado dos países can-

didatos se vá revelando menos entusiasta em relação à adesão à UE, embora não haja no presente sinais de que tal está a acontecer.

Os quatro capítulos seguintes, depois dos primeiros sete, dizem respeito à educação e formação, à ciência e tecnologia, às pequenas e médias empresas, à política externa e de defesa. Os países candidatos não levantaram problemas em relação a estas questões, declarando-se capazes de cumprir todas as exigências até à data de adesão. A situação em que se encontram está a ser avaliada pelos Estados-membros e pela Comissão. A análise de 20 do total de 31 capítulos está completa e espera-se que até ao fim de 1999 todos os capítulos tenham sido avaliados.

Em paralelo, os países candidatos terão de escolher os capítulos em que desejam ainda negociar posições – e a UE irá decidir o conteúdo e o tempo das suas respostas. Como tal, será possível obter uma visão mais clara da situação individual de cada país e do estado das negociações no ano 2000.

Foram criadas duas divisões no processo de alargamento. A primeira inclui a Estónia, a Eslovénia, a República Checa, a Polónia e Chipre e a segunda a Letónia, a Lituânia, a Eslováquia, a Bulgária e a Roménia. É provável que a Letónia seja promovida à primeira divisão durante 1999, dados os progressos que alcançou nos últimos 12 meses.

Os critérios económicos fazem eco dos três critérios de transformação económica descritos acima e incidem particularmente em dois aspectos: primeiro, na existência de uma economia de mercado em funcionamento, e segundo, na capacidade de aguentar a pressão competitiva e as forças de mercado dentro da UE. Para um candidato ser aprovado no teste económico, precisa de ter uma economia de mercado a funcionar bem e ser capaz de lidar com as pressões competitivas no médio prazo. No geral, os países candidatos continuam a obter progressos consideráveis na implementação das reformas económicas, como privatizações e a reestruturação e liberalização dos mercados. A República Checa, a Estónia, a Hungria, a Polónia e a Eslovénia já são vistas como eco-

nomias de mercado em funcionamento, e deverão ser capazes de atingir o segundo critério nos próximos dois a três anos. A Hungria e a Polónia continuam algo mais avançadas do que os restantes neste aspecto. A Bulgária e a Roménia não cumprem nenhum dos critérios. A Bulgária iniciou recentemente reformas estruturais, mas ainda tem um longo caminho a percorrer. Quanto à Roménia, a situação deteriorou-se durante 1998, relativamente a 1997.

As condições institucionais para a adesão são uma área de preocupação para os Estados-membros e para a Comissão Europeia. Uma economia de mercado em bom funcionamento exige a existência de um quadro jurídico, que permita usufruir a totalidade das vantagens do sistema de mercado. Para isto, é necessária uma administração pública eficiente e moderna, bem como profissionais de Direito que saibam aplicar e interpretar o Direito Comunitário.

Os critérios políticos de Copenhaga incidem na estabilidade das instituições que garantem a democracia, o Estado de Direito, os direitos humanos e a protecção das minorias. A UE não teria iniciado negociações com os seis candidatos se estes critérios não estivessem a ser cumpridos. A Comissão concluiu que todos os países candidatos, à excepção da Eslováquia, cumpriam de uma forma geral os critérios para serem membros, embora a recente mudança política na Eslováquia abra boas perspectivas para uma mudança no sentido do cumprimento dos critérios. Um ponto de preocupação é a situação dos não-cidadãos e da protecção das minorias. Na Letónia, a situação dos não-cidadãos está em vias de resolução, depois do resultado positivo no referendo da Lei de Cidadania, que vai facilitar a naturalização da maioria dos não-cidadãos e das crianças sem nacionalidade. Mas ainda falta fazer muito. Na maioria dos países candidatos, por exemplo, o sistema judicial ainda necessita de ser significativamente fortalecido e, em alguns casos, a sua independência precisa de ser reforçada. A protecção aos direitos das minorias nos países candidatos é outro aspecto de preocupação.

Quando é que os primeiros países vão aderir? A paisagem política europeia está a mudar, com governos de centro-esquerda no poder de onze dos quinze Estados-membros. É agora dado maior peso nas capitais europeias às preocupações em relação a assuntos como o desemprego, particularmente na França e na Alemanha, e em relação ao impacto potencial no sector agrícola se países como a Polónia se tornarem Estados-membros. O aumento da concorrência também tem levantado preocupações, devido ao facto da mão-de-obra ser mais barata nos países candidatos.

Têm aumentado os receios em relação à segurança de emprego dentro dos Estados-membros, à migração de um grande número de pessoas em busca de melhores condições de vida e à deslocalização de empresas para estes países, reduzindo assim o emprego na actual UE. O alargamento deverá provar que estes receios são exagerados. O alargamento potencial é também uma fonte de preocupações para os países do Sul: Grécia, Espanha e Portugal podem perder o acesso às transferências líquidas da UE, à medida que os recursos escassos são redireccionados para os novos membros.

Estas preocupações têm levado a que o apoio da opinião pública ao "alargamento e aprofundamento" enfraqueça, o que se tem reflectido nos representantes eleitos dentro da UE. Em particular, a posição alemã parece agora ser mais pragmática com a mudança na liderança e o menos-que-entusiasta Gerhard Schroeder no poder, que afirmou recentemente que nenhuma data específica para a adesão deveria ser dada aos candidatos.

No entanto, se os países candidatos continuarem o movimento de convergência com as regras da UE, os custos de ajustamento e de absorção na União diminuem e a data potencial de acesso aproximar-se-á. O primeiro grupo de países tem populações relativamente pequenas, o que facilita o processo de integração. Os líderes da primeira divisão de candidatos estabeleceram eles próprios 2002 ou 2003 como data de referência, embora não seja de esperar nenhuma adesão antes de 2006, na melhor das hipóteses.

União Europeia

O estado das nações

JAIME NOGUEIRA PINTO*



Na construção da União Europeia houve, desde o início, diferentes versões, percepções e intenções quanto à solução final da própria construção, ou seja, quanto aos seus fins ou objectivos últimos. Queremos com isto dizer que tem havido e há europeístas económicos, financeiros e políticos e europeístas cépticos, cautelosos, prudentes, moderados, convencidos, entusiasmados e até fundamentalistas! Desde aqueles que vêem na Europa (só) um mercado comum até aos que, de alma e coração, vêem nela a mãe – e o fim – de todas as pátrias!

Ao pormos a questão se a União Europeia significa o fim do Estado nacional, estamos, em última instância e até porque o quadro da "construção" presente é ainda suficientemente ambíguo e plástico, a perguntar se deve, ou se queremos que signifique esse fim. Até porque, em política, não há determinismos irremediáveis e a ideologia que os sustentava está enterrada entre Moscovo e Pequim, entre o Goulag e o suicídio da URSS.

Não valendo a pena escamotear a questão do que se quer, mesmo que a ela não se vá aqui dar resposta expres-

sa e definitiva, valerá talvez a pena pensar a evolução dos próximos anos no quadro global, isto é num mundo de mercados ou de mercado unificado e de Estados em fragmentação.

Temos sustentado que, em termos puramente analíticos, depois do fim da guerra fria e do mundo bipolar, assente na dualidade EUA-URSS, a tendência das coisas é para a globalização económica e para a fragmentação política; ou seja, enquanto os mercados – os lugares da relação económica, das trocas de bens e serviços e dos movimentos de capitais, inclusive das Bolsas de Valores – se interpenetram e, pelo menos em termos de informação e de circulação, vão ficando mais unificados, os Estados, isto é, os centros ou lugares do poder político tendem para se fragmentar.

Os mercados unificam-se em função das "leis" que hoje têm a ver

O Mundo 1999

Os EUA contratarão 300 mil trabalhadores qualificados estrangeiros para a sua indústria informática até 2001, diz a The Economist.

*Jaime Nogueira Pinto é professor universitário